

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.104 - PR (2019/0198143-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ALYSSON FERNANDO ZAMPIERI**
ADVOGADO : **NATANIEL PINOTTI BROGLIO - PR022215**
AGRAVADO : **NORBERTO FILGUEIRAS CECCATO**
ADVOGADO : **LEOPOLDO FILGUEIRAS CECCATO - PR064340**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALYSSON FERNANDO ZAMPIERI contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SENTENÇA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO INICIAL. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO PELO REQUERIDO: VALOR DO CUSTO E LUCRO DOS IMÓVEIS CONSTRUÍDOS EM PARCERIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. PERMUTA DO SOBRADO. REQUERIDO QUE ALTERA A VERDADE DOS FATOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. VENDA DOS IMÓVEIS. AUSÊNCIA DE PROVA DOS VALORES INFORMADOS. COBRANÇA DE VALORES REFERENTE AO IMÓVEL DE MATRÍCULA 5.110. IMÓVEL NÃO VENDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO IMEDIATO. REGISTRO DO CONTRATO DE PARCERIA NO IMÓVEL. PAGAMENTO QUE DEVE SER REALIZADO AO REQUERENTE QUANDO HOUVE A VENDA DO BEM. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Observa-se que ao falar dos custos e lucro da obra o Apelante apenas transcreve as frases da contestação, sem combater de forma específica a sentença neste tópico. Sendo assim, tais pontos não devem ser conhecidos no recurso, em razão da violação ao princípio da dialeticidade, insculpido no artigo 932 do Código de Processo Civil. 2. Tem-se que a demanda a ser proposta era de livre escolha do Requerente, não podendo sua pretensão ser ceifada pelo simples fato do Requerido/Apelado não concordar que a demanda proposta é a adequada ao caso. Portanto, não há qualquer irregularidade na ação de cobrança, menos ainda se evidencia o interesse de agir do Requerente ao pleitear o cumprimento de contrato de parceria por meio de ação de cobrança. 3. Muito embora em suas razões recursais o Apelante afirme que só deve ser levado em consideração o valor do sobrado, no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), para repasse do lucro para o Requerente, pois o valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil) foi auferido por terceiro, surge verdadeira contradição, que tenta alterar a verdade dos fatos; pois em sua contestação, o Apelante afirma que o bem permutado pelo sobrado foi vendido pelo próprio contestante, ora Apelante, pela quantia de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil) e que só não dividiu tal valor,

pois ainda não recebeu por ele. Ora, ao alterar a verdade dos fatos o Apelante litiga em má-fé neste recurso. Portanto, nos termos do artigo 81 do CPC, deve o Apelante arcar com multa por litigância de má-fé no importe de 5% do valor corrigido da causa. Ainda deverá o Apelante arcar com eventuais prejuízos sofridos pelo Apelado, decorrente da interposição do presente recurso, cujo valor deverá ser apurado em liquidação de sentença. 4. Afirma o apelante que os valores reconhecidos pela Magistrada como devidos estão equivocados, oportunidade em que aponta os valores que entende serem corretos. Todavia, o Apelante não demonstra quais provas constantes nos autos lhe socorrem. 5. O imóvel sob matrícula 5.110 ainda não foi vendido, bem como que o valor a ser arrecadado por tal bem corresponde ao lucro do contrato e o valor de sua venda deve ser dividido de forma proporcional a ambas as partes. Por sua vez, o contrato formulado entre as partes estabelece que somente após a venda de cada bem será feito o rateio do lucro. Ora, se o referido bem ainda não foi vendido, não há como quantificar qual o valor que será realizada sua venda, não podendo quaisquer das partes exigir da outra o recebimento de valores futuros, especialmente porque o contrato é claro ao estabelecer que a divisão só se dará com a existência de lucro. Desta forma, a medida mais adequada a ser adotada é o registro do compromisso particular de parceria em construção (mov. 1.9) na referida matrícula, bem como ser registrada esta decisão, a fim de que quando houver a venda do referido bem, o promissário comprador deposite parcela do valor em favor do Requerente. **RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO PELO REQUERENTE: COBRANÇA DE VALORES REFERENTE AO IMÓVEL DE MATRÍCULA 5.110. IMÓVEL NÃO VENDIDO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO IMEDIATO. REGISTRO DO CONTRATO DE PARCERIA NO IMÓVEL. PAGAMENTO QUE DEVE SER REALIZADO AO REQUERENTE QUANDO HOUVE A VENDA DO BEM. ABATIMENTO DE VALORES. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.** 1. O imóvel sob matrícula 5.110 ainda não foi vendido, bem como o valor a ser arrecadado por tal bem corresponde ao lucro do contrato e o valor de sua venda deve ser dividido de forma proporcional a ambas as partes. Por sua vez, o contrato formulado entre as partes estabelece que somente após a venda de cada bem será feito o rateio do lucro. Ora, se o referido bem ainda não foi vendido, não há como quantificar qual o valor que será realizada sua venda, não podendo quaisquer das partes exigir da outra o recebimento de valores futuros, especialmente porque o contrato é claro ao estabelecer que a divisão só se dará com a existência de lucro. Desta forma, a medida mais adequada a ser adotada é o registro do compromisso particular de parceria em construção (mov. 1.9) na referida matrícula, bem como ser registrada esta decisão, a fim de que quando houver a venda do referido bem, o promissário comprador deposite parcela do valor em favor do Requerente. 2. O Apelante pretende o recebimento dos lucros decorrente de contrato de parceria. Desta forma, a fim de verificar quais valores são efetivamente devidos ao Apelante, a Magistrada levou em consideração todos os valores decorrentes de tal contrato. Sendo assim, se o Apelante recebeu algum valor em razão de tal contrato, nada mais justo que tal

valor seja descontado do que tem a receber, até porque, fora os valores referente ao custo da obra, os demais valores devem ser divididos de forma 'pro rata'. 3. Majoração dos honorários sucumbenciais para o importe de 15%, levando em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para seu serviço" (e-STJ fls. 768/771).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, alega-se, além de divergência jurisprudencial, violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

(i) art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 - o acórdão combatido incorreu em negativa de prestação jurisdicional ao não apreciar aspectos relevantes da demanda suscitados nos embargos declaratórios, e

(ii) arts. 112, 113, 421 e 425 do Código Civil, 80 e 371 do Código de Processo Civil de 2015 - o imóvel matriculado com o nº 5108, valor de mercado de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), foi permutado com um terceiro, motivo pelo qual esse valor não deve entrar na parceria efetuada, e sim o lucro obtido por terceira pessoa com o terreno adquirido através da dação em pagamento efetuada pelo Sr. Adão Filho (matrículas 50719, 39329 e 50718); assim, as provas dos autos devem ser valoradas corretamente, bem como afastada a multa por litigância de má-fé.

Sem as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

O argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

De fato, o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária

apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

No mais, as conclusões do tribunal de origem acerca do mérito da demanda decorreram inquestionavelmente da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

"(...)

Ou seja, muito embora em suas razões recursais o Apelante afirme que só deve ser levado em consideração o valor do sobrado no importe de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil) para repasse do lucro para o Requerente, pois o valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil) foi auferido por terceiro, em verdadeira contradição, alterando a verdade dos fatos, em sua contestação, o Apelante afirma que o bem permutado pelo sobrado foi vendido pelo próprio contestante, ora Apelante, pela quantia de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil) e que só não dividiu tal valor, pois ainda não recebeu por ele.

Ora, ao alterar a verdade dos fatos o Apelante litiga em má-fé neste recurso:

Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que:

[...]

II - alterar a verdade dos fatos;

Desta forma, além de haver evidente contradição em relação as alegações trazidas aos autos pelo Apelante, este deve ser

condenado ao pagamento de multa em decorrência do seu ato.

Portanto, nos termos do artigo 81 do CPC, deve o Apelante arcar com multa por litigância de má-fé no importe de 5% do valor corrigido da causa. Ainda, deverá o Apelante arcar com eventuais prejuízos sofridos pelo Apelado, decorrente da interposição do presente recurso, cujo valor deverá ser apurado em liquidação de sentença.

3. Da venda dos imóveis

Afirma o apelante que os valores reconhecidos pela Magistrada como devidos estão equivocados, oportunidade em que aponta os valores que entende serem corretos. Todavia, o Apelante não demonstra quais provas constantes nos autos lhe socorrem.

Ora, a sentença discorre de forma pormenorizada quais os valores devidos em razão da venda dos imóveis, destacando os documentos que comprovam as alegações do Requerente.

Além disso, a sentença se baseia nas matrículas dos imóveis, uma vez que nos autos não constam os contratos referente à venda de cada imóvel.

De outro lado, o Apelante não rebate tais documentos, a fim de demonstrar que tais documentos não são aptos para comprovar as alegações do Requerente. Sendo assim, meras alegações não podem desconstituir as provas existentes nos autos e chanceladas pelo Magistrado em sentença.

Portanto, não há como entender que as vendas dos bens se deram por valores menores aos identificados nas respectivas matrículas, de forma que é o caso de manter a sentença neste tópico” (e-STJ fls. 782/784).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator